

## A ESPIRAL DAS OCUPAÇÕES DE TERRA

Nashieli Rangel Loera

São Paulo: Polis; Campinas: Ceres-Unicamp, 2006

### JOSÉ CARLOS ALVES PEREIRA

Em seu livro *A espiral das ocupações de terra*, Nashieli Rangel Loera mostra os significados e motivos de pessoas que – embora coordenadas pela disciplina e pelos valores de uma organização social, no caso o Movimento dos Sem-Terra (MST) – ocupam terras para realizar sonhos e ter perspectivas de “ganhar a terra, manobrar ela”, “ter um pedacinho de terra e liberdade”. Para os agentes sociais envolvidos, a realização de sonhos e a conquista de ideais ocorrem a partir de lutas coletivas e individuais, semelhantes e singulares amalgamadas na construção e reprodução de espaços diferenciados, porém com um formato semelhante, a *forma acampamento*.

Essa trama socioantropológica é revelada a partir de um rico trabalho de campo realizado no assentamento Sumaré II e no acampamento Terra Sem Males – Povo Feliz, ambos loca-

lizados na região de Campinas (SP), durante o qual a autora percebeu diferentes discursos entre lideranças e acampados sobre a luta pela terra. Ela mostra sua análise no Preâmbulo e nos três capítulos do livro, cuja síntese se segue.

Apresentação/Preâmbulo – Nashieli discerne diferenças entre “ser do MST” e ser “sem-terra”; os diferentes discursos sobre as ocupações de terra e o significado da expressão “movimento”. Para alguns, em geral *militantes*, o MST constitui-se de militantes, acampados e assentados. Para outros, sobretudo, “recém acampados e alguns assentados”, “ser do MST” significa ser “militante”, “os cabeças do acampamento ou do assentamento”, e ser “sem-terra” significa o “conjunto dos acampados e assentados”. Já a expressão “movimento” designa o “conjunto dos sem-terra” e/ou o MST. Sobre os discursos, para

lideranças, a luta pela terra significa “fazer a revolução, mudança cultural e de pensamento”. Para os assentados, a luta pela terra significa “alcançar um sonho”, e os acampados a vêem como a “busca de uma autonomia, de liberdade” (LOERA, 2006, p. 17-20).

Os diferentes discursos e percepções causam conflitos e mudanças de pessoas de um para outro acampamento sem liquidar seu ideal comum, a conquista da terra. Na verdade, estimulam a elaboração de estratégias, redes e alianças nos processos de ocupação, cuja dinâmica se assemelha a uma máquina, “a máquina dos sem-terra”, que é meticolosamente analisada e dá nome ao primeiro capítulo.

É feliz o uso da imagem de espiral com que a autora ilustra a produção e reprodução das ocupações de terra que devem sua eficácia ao vínculo estreito e profundo com as redes sociais dos assentados e acampados. Essas redes se constituem como o motor da máquina expresso em três elementos que contemplam as redes, as solidariedades e a disciplina do “processo educativo do MST”. São eles:

- 1) participação dos “já assentados” fazendo “trabalho de base”, que, entre outras coisas, consiste em fazer covites a outras pessoas para “ocupar terras”;
- 2) fazer o “trabalho de base” em redes de parentesco, amizade e vizinhança;
- 3) atuação dos acampados – mesmo estando em outro lugar, eles também devem fazer “trabalho de base” para a formação de novos acampamentos.

Como em muitos outros assentamentos e acampamentos, Nashieli Loera mostra que esses elementos estiveram na base do grupo que montou acampamento para os, hoje, assentamentos Sumaré I e Sumaré II. A partir daí, ela apresenta as trajetórias, as experiências e os desejos das pessoas que aceitaram fazer parte do grupo que montou acampamento para formar o assentamento de Sumaré II.

Muitos assentados e acampados já tinham trabalhado no campo, mas foram expulsos por fazendeiros e/ou migraram para a cidade. Endividaram-se e envolveram-se com alcoolismo e drogas. Vivendo esses problemas sociais, foram convi-

dados a participar de uma “reunião da terra”, como no caso de dona Thereza, que migrou de Minas para o Paraná com seus pais. No Paraná, fazendeiros os expulsaram da terra. Ela casou-se e trabalhou com o marido em alguns sítios. Migraram para Campinas. Seu esposo e filhos passaram por vários empregos, envolveram-se com álcool e drogas. A família vivia em condições precárias até que

aí a prima do meu marido me convidou a participar [das reuniões] e eu sempre sonhei em ter um pedaço de terra para mim plantar e ter todos meus filhos perto. Aí eu participei mesmo, mas meu marido xingava e xingava, mas aí eu fui na reunião lá em Matão, eu tinha os neto para cuidar e aquele sofrimento! Aí saiu a notícia de que iam ocupar a terra aí pedi dinheiro emprestado, paguei o ônibus e fui; aí tinha monte de pessoas que tinha ido porque estava desempregado [...] (dona Thereza, assenta-

da em Sumaré II, apud LOERA, 2006, p. 40).

As reuniões mencionadas viabilizam a formação e articulação de redes sociais e desencadeiam a “territorialização da luta”, isto é, “o processo de conquista da terra abre perspectivas para a conquista de um novo assentamento” (FERNANDES, 1999, apud LOERA, 2006, p. 42). Redes sociais, relações interpessoais, laços de parentesco, de vizinhança constituem a eficácia da máquina extrapolando estruturas formais e que o MST eficientemente explora para prolongar a espiral das ocupações de terras.

No acampamento e nas redes se estabelecem compromissos e obrigações que se traduzem em atividades diárias dos acampados: “arrecadar alimentos, fazer trabalho de base e ocupações, participar de reuniões passeatas ou marchas”, além de compromissos individuais, como o de seu Cena e seu Brauná, que se sentem comprometidos com dona Cida. Ela os convidou para a ocupação. Isso os impedia de mudar de acampamento ou “desistir de acampar”. Já dona

Cida sempre traz produtos do seu lote para eles, expressando a reciprocidade do compromisso.

Essas relações informam a “lógica das obrigações e compromissos” e permitem entender a lógica das ocupações. Diversos atores, em redes, ao cumprir obrigações, mobilizam outros, promovendo a “territorialização da luta”, “as ocupações em forma de espiral”. Eis a dinâmica da máquina do movimento sem-terra, revelando seu rosto a partir da “instalação de acampamentos”, que traz em seu âmago diversas dimensões das ocupações, sendo uma delas “simbólica” e que Nashieli Loeira explora no segundo capítulo, “Dentro e fora da barraca: interpretando as ‘formas’”.

Nesse capítulo, aponta-se para as singularidades dos acampamentos, mas também para a reprodução da “forma acampamento”, que produz uma “linguagem simbólica” expressa na escolha do local para montar o acampamento; na divisão de tarefas por setores, grupos e comissões; no alinhamento das “barracas de lona preta” – elementos valorosos da “forma acampamento”. É “imprescindí-

vel” que, ao chegar, a pessoa tenha um pedaço de lona preta, como expressa seu Zé Antônio:

Desde que fiz a primeira ocupação, eu soube, desde o começo que eu entrei com os sem-terra, meu costume foi assim, monto meu barraco e não esqueço nunca meu pedaço de lona preta debaixo do braço [...], já tenho o costume. Lá onde os outros estão [referindo-se a outro acampamento] não tem nem bambu por perto para armar as barracas. Coitados!!! se nem barracas têm, muito menos comida (LOERA, 2006, p. 68).

Montar uma barraca e ocupá-la significa viver a dinâmica do acampamento com direitos, deveres e ritos. Ela dá direito à cesta básica, fazer horta e criar animais. Não ocupá-la causa a expulsão do faltante. O modo de organizar a barraca expressa as diferenças de *status* e econômicas entre os acampados e se eles já fizeram, ou não, outras ocupações. As barracas dos principian-

tes têm mais objetos e móveis. Para os “experientes”, ter muitos móveis dá mais trabalho, quando tem que mudar de local. Mas há também aqueles que, mesmo tendo que mudar várias vezes, gostam de deixar a barraca completa, “bonitinha”. Literalmente, ao modo de um caramujo, “transportam a casa nas costas” (SILVA, 2003, apud LOERA, 2006).

Além da barraca, há outras formas no acampamento, como a ciranda – barracão para as crianças, o EJA (Escola de Jovens e Adultos), a Secretaria, o Almojarifado e a Farmácia. Os acampados constroem coletivamente esses espaços e os fazem funcionar através da divisão de tarefas. A Secretaria, o Almojarifado e a Farmácia, quando não utilizados, são fechados e cadeados. Isso parece ser uma dimensão simbólica extramente importante, já que, “rasgando o plástico ou empurrando com força a porta, qualquer um poderia entrar” (LOERA, 2006, p. 67). O cadeado parece ser um sinal de advertência de que não se pode ter acesso a esses espaços sem que eles estejam abertos e haja alguém de guarda.

O acampamento deve estar sempre limpo e bonito como sinal de revitalização da área ocupada que antes era improdutiva, ou agredia o meio ambiente, como o depósito de lixo, onde foi montado o acampamento Terra Sem Males – Povo Feliz, e que, por isso, conquistou a simpatia dos cidadãos vizinhos. A infra-estrutura do acampamento, os atos coletivos e individuais “falam” e revelam desejos, *status*, *modos de vida*. Isso provoca discursos, trocas, estratégias, esperas, sofrimento, buscas e formas de legitimar a luta coletiva e individual dos acampados. É o que se explora no terceiro e último capítulo, “A linguagem e a disciplina da terra”, em que, quanto maior o sofrimento, maior a legitimidade de ocupar, de ter acesso à terra.

A autora aponta que o MST reapropria expressões próprias do mundo rural e as transmite justapostas à linguagem da organização social do acampamento e na formação proporcionada. Linguagem e formação estas incorporadas, sobretudo, pelos jovens que assimilam com eficácia o princípio organizativo e a disciplina do MST

expresso na divisão das tarefas e cumprimento de regras no acampamento.

As regras não cristalizam a vida dos acampados. Eles já chegam ao acampamento com uma trajetória, objetivos e sonhos. Assim, acontecem brigas, disputas, desacordos no cumprimento de tarefas, que são “resolvidos” sem o acionamento mecânico das regras. Loera observa que esse conjunto de situações, “confrontadas com a disciplina e as regras, ensinam-nos que regras rígidas não podem ser adaptadas à vida, por isso, podemos argumentar que, no acampamento, ‘as regras são essencialmente elásticas e ajustáveis, deixando um considerável espaço no qual seu cumprimento é considerado satisfatório” (MALINOWSKI, 2003, p. 30, apud LOERA, 2006, p. 111).

Amalgamados a essas situações há também “idéias e valores” que o MST procura socializar e impor como parte da disciplina, mas, dialeticamente, tornam-se fontes de conflitos e alianças. Foi o caso do projeto Comuna da Terra – uma de suas propostas é a propriedade sem cercas com habitações em

comunidade por meio de moradias organizadas – apresentado por alguns militantes, como modelo de assentamento para o acampamento Terra Sem Males – Povo Feliz.

Alguns acampados discordaram da idéia de ter que “trabalhar em coletivo” e ter que escolher entre ficar no Terra Sem Males ou mudar para outro acampamento onde ainda não se tinha pensado em implantar o projeto. Depois de reuniões, alianças e desacordos, cerca de 50 pessoas do Terra Sem Males decidiram mudar de acampamento, pois queriam uma terra onde pudessem mostrar suas roças, plantar, colher, doar e vender livremente. Outros acampados, por sua proximidade com os militantes, “concordaram” com a proposta do Comuna da Terra.

Com uma distinta e relevante pesquisa sobre a questão agrária, Nashieli Loera termina o livro apontando que

o acampamento é o lugar onde se namora, se troca, se fazem bicos, se recebe ajudas, mas, também, é um lugar linimar, de pas-

sagem, onde se espera, onde, segundo os próprios acampados, “se sofre debaixo da lona preta” em busca de uma vida melhor. Nesse caminhar, aprende-se e socializa-se uma disciplina e uma linguagem particular (LOERA, 2006, p. 131).

Disciplina e linguagem particular que se constroem numa luta coletiva e individual, revelando que cada um – à sua maneira – faz sua própria revolução e juntos contribuem, fundamentalmente, para a manutenção e reprodução da “espiral das ocupações”, em que reavivam, lutam e dormem o “sonho da terra”.

